



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000441525**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2072616-07.2021.8.26.0000, da Comarca de Guarulhos, em que é impetrante GERSON RODRIGUES e Paciente JARDEL FRANÇA SILVA.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FARTO SALLES (Presidente sem voto), RICARDO TUCUNDUVA E MACHADO DE ANDRADE.

São Paulo, 9 de junho de 2021.

**EDUARDO ABDALLA**  
**Relator(a)**  
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**HABEAS CORPUS nº 2072616-07.2021.8.26.0000**

**Proc. nº 1503596-78-2021-8-26-0228**

**Origem: GUARULHOS**

**Impetrante: GERSON RODRIGUES**

**Paciente: JARDEL FRANÇA SILVA**

**Autoridade Coatora: Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal**

**VOTO nº 18910**

**HABEAS CORPUS.** Pretendida revogação da prisão preventiva. Impossibilidade. Decisão devidamente fundamentada, com indicação dos requisitos do CPP, arts. 282, II e 312, *caput*. Prisão domiciliar, por ser genitor de filhos menores. Impossibilidade. Situação excepcionalíssima ressalvada pelo STF no HC nº 165.704/DF, fazendo referência ao HC nº 143.641/SP, mormente por não haver comprovação de ser o único responsável pela prole. Situação excepcional ocasionada pela pandemia de covid-19 que não justifica soltura. Ordem denegada.

Trata-se de **HABEAS CORPUS**, com pedido liminar, impetrado pelo advogado **GERSON RODRIGUES**, em favor de **JARDEL FRANÇA SILVA**, apontando, como **AUTORIDADE COATORA**, o **JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARULHOS**.

Aduz que o paciente sofre constrangimento ilegal, decorrente da decisão converteu sua prisão em flagrante em preventiva, carente de fundamentação idônea, o que pleiteou, à luz do decidido pelo STF no HC nº 165.704/DF, argumentando ser pai de filho de cinco anos e riscos em razão da pandemia de covid-19. A final, concessão da ordem, em definitivo.

Indeferida a liminar e dispensadas as informações de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

estilo, a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** opinou pela denegação.

**É o relatório.**

**JARDEL** teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, por ter, em tese, cometido o crime grave previsto no CP, art. 157, §2º, II, pois, segundo consta, agindo em concurso com outro indivíduo não identificado, subtraiu, com grave ameaça exercida com emprego de um simulacro de arma de fogo, o *FORD/Courier*, placas EDC-2486/Guarulhos-SP, a carga consistente em 14 botijões de gás e o aparelho celular de *Valter Dias Zeferino*.

Nesse contexto, o Juízo *a quo* decidiu, de maneira bem fundamentada, convertendo a prisão temporária em preventiva: *“No caso em apreço, a prova da materialidade e os indícios suficientes da autoria do crime de ROUBO QUALIFICADO encontram-se evidenciados pelos elementos de convicção constantes das cópias do Auto de Prisão em Flagrante, com destaque para as declarações da vítima, das testemunhas ouvidas e do auto de exibição e apreensão. Segundo consta no termo de declarações da vítima no BO: “QUE na data de hoje, por volta das 16h00min, o declarante encontrava-se parado em frente a um estabelecimento comercial denominado 'Mercado União', localizado na Avenida Régis, número 502, no bairro Cumbica, no município de Guarulhos/SP; QUE na ocasião encontrava-se do lado de fora de seu automóvel Ford/Courier, de placas EDC-2486, de Guarulhos/SP; QUE o veículo encontrava-se carregado com 14 (quatorze) botijões de gás; QUE enquanto conversava com um amigo, o declarante foi surpreendido por dois indivíduos que se aproximaram a pé; QUE tais pessoas, mediante grave ameaça, simulando porte de arma de fogo, anunciaram assalto; QUE temendo por sua integridade física, entregou a posse do veículo com os citados botijões e também de seu aparelho de celular; QUE de posse do automóvel, os assaltantes empreenderam fuga adotando rumo ignorado; QUE o veículo é equipado por sistema de rastreamento, sendo comunicada a empresa de monitoramento; QUE por volta das 17h00min, tomou conhecimento do encontro do veículo e da prisão de um dos suspeitos; QUE o veículo, os botijões de gás e aparelho de celular foram recuperados”. Foi reconhecido positivamente pela vítima. Já o policial responsável pela prisão do autuado disse: “QUE na data de hoje, por volta das 16h10min, o depoente e seu colega de farda, CbPM Amâncio, componentes da viatura prefixo M-02201, efetuavam patrulhamento de rotina pela Avenida Dr. Assis Ribeiro, no bairro de São Miguel Paulista; QUE a vítima VALTER DIAS ZEFERINO solicitou a intervenção da equipe; QUE VALTER disse ter sido roubado por dois*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*indivíduos e que o veículo levado, incluindo sua carga de gás, (Ford/Courier, de placas EDC-2486, de Guarulhos/SP), estava sendo rastreado pelas imediações; QUE passaram a efetuar diligências com o fim de localizar o veículo; QUE poucos minutos depois, na Rua Catléias, no bairro do Jardim Pantanal, avistaram o automóvel trafegando em sentido contrário, na ocasião, ocupado por dois indivíduos; QUE o condutor, notar a presença da viatura policial, parou o veículo e os dois ocupantes desembarcaram e empreenderam fuga a pé; QUE o rapaz que achava-se no assento do passageiro, conseguiu fugir sem ser identificado; QUE o rapaz que conduzia o automóvel foi abordado e detido; QUE em posse JARDEL FRANÇA SILVA foi encontrado um simulacro de arma de fogo e um aparelho de celular da marca Motorola, objeto este que posteriormente se soube ser de propriedade da vítima". Assentado o fumus comissi delicti, debruço-me sobre o eventual periculum in libertatis. Ao averiguado é imputada a prática do grave crime de roubo qualificado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo. Foi ele detido na posse dos bens da vítima e de um simulacro de arma de fogo. Pese o pedido do Dr. Defensor constituído, demonstrando que o acusado tem residência fixa e emprego, assim como sua primariedade, as circunstâncias do fato a revelam a periculosidade do autuado e a necessidade da manutenção da prisão processual, imperiosa ao resguardo da ordem pública, protegendo-se a sociedade. A instrução criminal também deve ser preservada, pois a vítima será ouvida em juízo. Assim, a arguição de que as circunstâncias judiciais são favoráveis não é o bastante para impor o restabelecimento imediato da liberdade. É que 'o Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o paciente possuir condições pessoais favoráveis' (STJ, HC nº 0287288-7, Rel. Min. Moura Ribeiro, Dje. 11/12/2013). 'A circunstância de o paciente possuir condições pessoais favoráveis como primariedade e excelente reputação não é suficiente, tampouco garantidora de eventual direito de liberdade provisória, quando o encarceramento preventivo decorre de outros elementos constantes nos autos que recomendam, efetivamente, a custódia cautelar. A prisão cautelar, desde que devidamente fundamentada, não viola o princípio da presunção de inocência' (STJ. HC nº 34.039/PE. Rel. Min. Felix Fisher, j. 14/02/2000). Sobre a pandemia, ademais, bem pontuou o Excelentíssimo Ministro Rogério Shietti Cruz, do Superior Tribunal de Justiça: "A crise do novo coronavírus deve ser sempre levada em conta na análise de pleitos de libertação de presos, mas, iniludivelmente, não é um passe livre para a liberação de todos, pois ainda persiste o direito da coletividade em ver preservada a paz social, a qual não se desvincula da ideia de que o sistema de justiça penal há de ser efetivo, de sorte a não desproteger a coletividade contra ataques mais graves aos bens juridicamente tutelados na norma penal" (HC nº 567.408-RJ). Dessarte, estando presentes, a um só tempo, os pressupostos fáticos e normativos que autorizam a medida prisional cautelar, impõe-se, ao menos nesta fase*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*indiciária inicial, a segregação, motivo pelo qual CONVERTO a prisão em flagrante de **JARDEL FRANÇA SILVA** em PREVENTIVA, com fulcro nos artigos 310, inciso II, 312 e 313 do Código de Processo Penal. EXPEÇA-SE mandado de prisão.” (fls. 17 - autos primitivos).*

Demonstrados, portanto, todos os requisitos do CPP, arts. 282 e 312, **caput**, atentando-se à temibilidade concreta, em que o paciente, agindo em comparsaria, mediante grave ameaça às vítimas, exercida com o emprego de simulacro de arma de fogo, subtraiu bens, indicando não ter sido assentada exclusivamente na gravidade em abstrato, lembrando-se que o decreto de prisão preventiva não reclama fundamentação exaustiva, bastando uma análise sucinta dos requisitos que dão ensejo à segregação cautelar (STF, RHC nº 89.972-2, Rel. Min. **CÁRMEN LÚCIA**; HC nº 86.605, Rel. Min. **GILMAR MENDES**; HC nº 62.671, Rel. Min. **SYDNEY SANCHES**; STJ, HC nº 154.164, Rel. Min. **FELIX FISCHER**).

Há indícios de autoria e materialidade, de modo que a preventiva se justifica para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, caso venha a ser comprovada a imputação, mostrando-se insuficiente e inadequada a aplicação das medidas cautelares diversas, elencadas no CPP, art. 319.

Eventuais condições pessoais favoráveis “*não são garantidoras de eventual direito à liberdade, quando outros elementos constantes dos autos recomendam a sua custódia provisória*” (STJ, RHC nº 16.789, Rel. Min. **ARNALDO ESTEVES LIMA**; no mesmo sentido, STJ, RHC nº 16.697, Rel. Min. **GILSON DIPP**, HC nº 36.831, Rel. Min. **FELIX FISCHER**; STF, HC nº 88662, Rel. Min. **EROS GRAU**).

A prisão cautelar abrange um juízo de risco e não de certeza. Destarte, basta haver probabilidade de dano à ordem pública, à instrução criminal e à aplicação da lei penal para que o Juiz possa manter as custódias, situação que pode vir assentada em dados empíricos da própria causa em discussão (STF, HC nº 101.300, Rel. Min. **AYRES BRITTO**; HC nº



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

103.378, Rel. Min. **CÁRMEN LÚCIA**; HC nº 93.283, Rel. Min. **EROS GRAU**).

Assim, sem padecer de qualquer mácula, inviável a revogação da prisão preventiva ou aplicação das medidas cautelares diversas previstas nos CPP, art. 319 e art. 320 - menos abrangentes e eficazes - porquanto insuficientes à manutenção da ordem pública.

A despeito do decidido pelo STF no HC nº 165.704/DF, Segunda Turma, j. 20/10/2020, o fato de ser genitor de filhos menores não implica, automaticamente, possibilidade de obter prisão domiciliar, até porque não comprovou ser imprescindível e o único aos cuidados necessários (CPP, art. 318, VI).

No mais, não se olvida o teor da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça *“aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo”*.

Entretanto, é forçoso salientar que o paciente - 31 anos - não se encaixa no perfil da população carcerária prioritária elencada no seu art. 4º, I, como dito anteriormente, afigurando-se extremamente açodado e altamente perigosa para a saúde pública de toda a sociedade a colocação de milhares de detentos - definitivos ou provisórios - em livre circulação, contribuindo para a propagação e dispersão desenfreada do vírus sars-cov-2.

Diante do exposto, **denega-se a ordem**.

**EDUARDO ABDALLA**  
**Relator**